

## **(Re)pensando a Unidade Popular: Estado, Trabalho e Relações de Gênero na “*vía chilena ao socialismo*” (1970-1973)**

Aline Fernanda Maciel<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo trata das interações entre políticas sociais, trabalho e gênero na Unidade Popular (UP), coalizão de esquerda que governou o Chile entre 1970-1973. O objetivo é fazer alguns apontamentos sobre como a opressão de gênero foi entendida e tratada na transição ao socialismo, bem como em que medida integraram as políticas de governo da UP e as dinâmicas das fábricas têxteis, setor produtivo que teve um importante protagonismo no período. Dessa forma, buscamos compreender como as normas de gênero foram confrontadas, tensionadas, mas também atualizadas no período, de modo a evidenciarmos aspectos das complexas inter-relações entre Estado, setores das classes trabalhadoras e as formas e mecanismos de dominação e opressão no capitalismo no contexto de transformação da sociabilidade capitalista. No período, o ímpeto transformador coexistiu com uma moral tradicional e heteronormativa que se manifestou de diversas formas, inclusive no interior das esquerdas e organizações de trabalhadores, provocando tensionamentos, mas também atualizações dos poderes normativos, desvelando parte das contradições da UP e dos desafios envolvidos na transformação das estruturas opressivas.

**Palavras-chave:** Unidade Popular, Relações de trabalho, Relações de Gênero.

## **Re(thinking) the Popular Unity: State, Labor, and Gender Relations on the Chilean road to socialism (1970-1973)**

**Abstract:** This article addresses the interactions among social policies, work, and gender during the Popular Unity (UP) government in Chile, 1970-1973. The objective is to understand how gender oppression was treated during the transition to socialism and to what extent they integrated UP government policies, especially in textile factories, a productive sector that played an important role in the period. Thus, we seek to understand how gender norms were confronted, tensioned but also updated in the period to highlight aspects of the complex interactions among the state, sector of the working classes, the forms and mechanisms of domination, and oppression in capitalism in the context, in addition to the processes based on the radical reconfiguration of capitalist sociability. During the period, the transformative impetus coexisted with a traditional and heteronormative morality that manifested itself in different ways, included within the left wing and worker's organizations,

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História Social pela Universidade de São Paulo. E-mail: [alinefmaciel@usp.br](mailto:alinefmaciel@usp.br)

causing tensions, but also shifts in normative powers, unveiling part of the contradictions of the UP and the challenges involved in the transformation of oppressive structures.

**Keywords:** Popular Unity, Labors Relations, Gender Relations.

**Artigo recebido em:** 31/08/2021

**Artigo aprovado para publicação em:** 21/11/2021

Há pouco mais de cinquenta anos, Salvador Allende seria eleito presidente do Chile por meio de uma coalizão de esquerda que duraria mil dias e desafiaria, de forma original, as bases do capitalismo no país. A “via chilena ao socialismo” representava uma alternativa no campo das esquerdas latino-americanas por propor uma transição ao socialismo sem romper com a ordem burguesa. A “*fiesta interrumpida*”, como foi denominada por Tomás Moulián (1993, p. 11), foi violentamente destruída por um golpe de Estado que durou 17 anos e deixou um legado de desigualdades exponenciais e traumas profundos na sociedade chilena. No entanto, como Rui Mauro Marini (2019, p. 27) observou, a riqueza dos seus ensinamentos e significados são fundamentais para pensar as possibilidades futuras para a América Latina.

Este artigo trata das interações entre políticas sociais e relações de trabalho e de gênero na UP. Partindo do pressuposto de que o gênero é um elemento fundamental para significar as relações de poder (SCOTT, 1995), aqui se examina a atenção do governo às relações de gênero e patriarcais estruturantes do capitalismo, de modo a compreender como compuseram a *práxis* política do governo e as dinâmicas das fábricas têxteis Sumar e Yarur, cujos trabalhadores e trabalhadoras tiveram forte protagonismo no período. Dessa forma, busca-se evidenciar aspectos das complexas interações entre Estado, setores das classes trabalhadoras, formas e mecanismos de exploração e dominação no capitalismo e as experiências de transformação ampla e profunda da sociabilidade capitalista.<sup>2</sup>

Cabe destacar que as opressões de gênero e racial não correspondem a sistemas autônomos, como apreendido por parte das teóricas feministas (ARRUZZA, 2019), mas “[...] passaram a ser parte integral da sociedade capitalista através de um longo processo histórico que dissolveu formas de vida social precedentes” (ARRUZZA, 2015). Neste sentido, apoiamo-nos nas contribuições teórico-metodológicas da Teoria da Reprodução Social sobre

---

<sup>2</sup> O capitalismo é entendido aqui como uma ordem social complexa e em constante transformação que “[...] tem seu núcleo constituído de relações de exploração, dominação e alienação” (ARRUZZA, 2015).

as múltiplas formas de opressão no capitalismo, que considera classe, gênero e raça como dimensões constitutivas de uma mesma totalidade social. Com isso, os estudos de gênero relacionados aos de história social do trabalho contribuem para o conhecimento de aspectos da “[...] *distribución jerárquica y desigual que subyace en la organización, material y simbólica, del trabajo, y en un sentido más amplio, de nuestras sociedades*” (ZÁRATE; GODOY, 2005, p. 25), como, por exemplo, a maneira como essas questões foram enfrentadas durante a UP.

O gênero, apreendido aqui como uma construção social e ideológica de caráter ontológico (SAFFIOTI, 2009, p. 34), foi um componente importante das políticas de governo da UP. Como observou Heidi Tinsman (2009, p. 19), com base nas teorias feministas, nota-se que as políticas de Estado não são neutras e atingem de forma desigual homens e mulheres. Dessa forma, a análise das dimensões conflitivas e contraditórias podem ser fortes indicadores de como se configuraram alguns dos *binarismos excluyentes* identificados por Kemy Oyarzún (2020, p. 40) e existentes no período, como, por exemplo, classe e gênero.

A crescente força do movimento feminista no Chile e esmagadora e histórica aprovação de uma nova Constituição paritária mostra a urgência de substituir a atual Constituição, um instrumento legal de dominação que desconsidera as problemáticas sociais e políticas do país. As revoltas populares ocorridas recentemente no país expuseram as fissuras do passado autoritário da ditadura e do projeto neoliberal, preservados na transição pactuada pós-ditadura, recolocando no centro dos debates os dilemas e desafios envolvidos na transformação das relações sociais capitalistas. Dessa forma, a compreensão da historicidade das relações de exploração, dominação e opressão, imbricadas e conformadas, dialeticamente, por tensões, conflitos, subordinações e resistências constitui uma das demandas do presente, além de colocar em evidência as dimensões altamente generificadas e racializadas dos processos de subsunção do trabalho ao capital.

Este artigo está dividido em quatro partes. Na primeira parte, revisitaremos aspectos do período da UP, apresentando sua complexidade. Em seguida, analisamos como a opressão de gênero era entendida no processo chileno e como integrou as políticas de governo. Na terceira parte, faremos alguns apontamentos sobre a dimensão generificada do trabalho têxtil. E, finalmente, apresentamos algumas considerações à guisa de conclusão. Neste trabalho,

utilizamos, junto a demais fontes, o aporte metodológico da história oral não como depositário de uma verdade incontestável, mas como testemunho da complexidade e matizes das relações de gênero e trabalho (FANSWORTH-ALVEAR, 1995). A abordagem qualitativa das entrevistas realizadas contribui para pensarmos como o processo chileno foi percebido na perspectiva de experiências pessoais, bem como suas inter-relações com as dinâmicas coletivas (INOSTROZA RETAMAL, 2021).

Supomos que a experiência da UP foi composta por uma miríade de relações sociais complexas e multidimensionais que tensionaram as hierarquias sociais ao mesmo tempo que as reproduziram, e as relações de gênero ocupam um lugar fundamental para se compreender contradições do período. As transformações que se vinham gestando desde os anos 1960 no país implicaram mudanças nos padrões de comportamento e valores socialmente compartilhados. Mas o ímpeto transformador do período coexistiu com uma moral tradicional e heteronormativa que se manifestou de diversas formas, inclusive no interior das esquerdas, provocando tensionamentos, mas também atualizações das formas e mecanismos normativos.

### **Unidade Popular e a “via chilena ao socialismo”**

O governo da UP representa um dos períodos mais emblemáticos da história do Chile. O processo de construção do governo foi complexo e composto por uma diversidade de dinâmicas, com múltiplos sentidos e matizes integrados por um *espírito revolucionário*, mas também tensões dialéticas, conflitos e dissensos que não podem ser resumidos, como alertou Maria Angélica Illanes (2002, p. 182), em simples dicotomias.

No contexto de uma crise profunda do sistema de dominação (Marini, 2019, p. 36), Allende foi eleito presidente<sup>3</sup> e o Estado assumiu o papel de realizar um “[...] profundo reordenamento do regime de propriedade dos meios de produção” (CASALS, 2017, p. 349). O governo colocou em marcha um conjunto de mudanças estruturais que visavam à superação do capitalismo. As propostas integraram principalmente a nacionalização de setores monopólicos e estratégicos da economia, a realização de uma ampla reforma agrária e a

---

<sup>3</sup> O triunfo de Allende remonta a um processo de tentativas de conquista do poder político pela esquerda chilena desde a década de 1930 respeitando a ordem burguesa, processo de limitada democratização das estruturas do Estado que possibilitou a integração parcial de demandas populares por meio do sistema de partidos políticos e forte repressão e marginalização dos partidos e movimentos de esquerda (MOULIÁN, 1993, p. 268).

promoção do poder popular. Para isso, a forma do Estado democrático liberal seria preservada, e a legalidade, levada ao seu limite, de forma a respaldar juridicamente as mudanças, noção pautada no mito da excepcionalidade chilena e da estabilidade de suas instituições (CASALS, 2017, p. 348). A esse respeito, Manuel Garretón (1993, p. 1) destacou que se tratava de um projeto revolucionário cujos meios não o eram, e esse foi um dos maiores desafios do governo. A formulação da *via chilena ao socialismo* suscitou debates estratégicos e táticos, incluindo alianças políticas (GARCÉS, 1993; PINTO VALLEJOS, 2005).

As mudanças promovidas pela UP aceleraram exponencialmente a luta de classes e os mil dias do governo Allende foram palco de uma intensa politização da sociedade civil. As pressões sociais dirigidas ao avanço das transformações e os conflitos de classe foram expostos a seus limites máximos. Nesse contexto, a heterogeneidade das classes subalternas contribuiu para a construção de diferentes frentes de lutas. Por outro lado, as classes dominantes se mobilizaram antes mesmo de Allende assumir a presidência. Como observou Moulián (1993, p. 267), o período foi marcado pela coexistência de duas dimensões: a festa, associada às formas de participação no processo chileno, e o drama, que se refere às ações oposicionistas, articuladas por setores da burguesia nacional e internacional.

A eleição de Allende gerou inúmeras expectativas nas classes subalternas. Como expressou Gaudichaud (2020, p. 173), a UP marcou o início de uma transformação social “explosiva”, forjada nas lutas políticas e sociais ao longo do século XX, cujas experiências de participação popular produziram dinâmicas complexas que transbordaram os limites institucionais. A proliferação de organismos originais e embrionários de poder popular, como, por exemplo, os *cordones industriales*,<sup>4</sup> que atuaram na defesa do governo ao mesmo tempo que eram críticos a ele, são expressões, como observou Peter Winn (2020, p. 581), das tensões dialéticas operadas no período entre revolução desde cima e revolução desde baixo.

Cabe mencionar que as décadas de 1950 e 1960 no Chile foi um período de significantes lutas populares por moradia, terras e direitos (GARCÉS, 2014, p. 53). Nesse sentido, as experiências anteriores de construção do protagonismo popular foram centrais para a ampliação dos sujeitos políticos, e a dimensão de gênero foi um componente fundamental

---

<sup>4</sup> Sobre os *cordones industriales*, ver Gaudichaud (2004).

das lutas populares. Vale lembrar que nas décadas de 1950, diversas lideranças de mulheres advindas dos setores populares foram formadas a partir da atuação nos movimentos de luta por moradia e ocupações de terrenos (OYARZÚN, 2020, p. 36). Como mostrou Sonia Montecino Aguirre (2006, p. 123), foi o período em que as mulheres começaram a se constituir como diferença, mantendo o modelo materno, porém ampliando suas identidades.

As décadas de 1960 e 1970 foram décadas de forte efervescência política e cultural pelo advento de movimentos contraculturais, estudantis, feministas e por direitos civis. De acordo com Stuart Hall (2006, p. 45), esses movimentos alteraram as noções tradicionais de família, sexualidade, trabalho e direitos. Porém, como assinalou Virgínia Fontes (2010, p. 180), tais fenômenos históricos, considerando suas especificidades, não podem ser compreendidos em sua totalidade sem uma articulação com os processos de internacionalização do capital. Na América Latina, inúmeras transformações se gestavam em um mundo polarizado pela Guerra Fria, marcando a multiplicidade de experiências e fenômenos, como, por exemplo, as manifestações estudantis que desembocaram no Massacre de Tlatelolco, no México. As esquerdas marxistas latino-americanas, fortemente influenciadas pela experiência da Revolução Cubana, vivenciaram um período de ascensão das lutas políticas e dos debates em torno da construção do socialismo no continente.

As agitações se manifestaram de múltiplas formas, segundo as dinâmicas locais e os contextos específicos de cada país. No Chile, a complexidade e ambivalência da efervescência política e cultural desvelou o caráter multifacetado das perspectivas contra hegemônicas (BARR-MELEJ, 2006, p. 751). O modelo tradicional de família e a lógica heteronormativa estavam enraizados na sociedade e foram centrais para a reprodução do capitalismo chileno (ROSEMBLATT, 2000). No entanto, a moralidade tradicional foi tensionada pelas mudanças em curso no país, com a conformação de movimentos contraculturais, a pílula contraceptiva e seu impacto nos direitos reprodutivos das mulheres, a construção de uma visão relativamente mais flexível acerca de temas como a sexualidade e o trabalho remunerado das mulheres. A própria experiência da UP estava orientada para a construção de uma nova forma de sociabilidade baseada em princípios coletivos, igualitários e de justiça social que desafiavam os valores burgueses, informando a relação dialética entre continuidade e descontinuidade.

## O lugar da opressão de gênero na transição ao socialismo

Como destacou Kemy Oyarzún (2020, p. 36), durante a UP, a representação e o reconhecimento das mulheres não “faziam parte dos imaginários nacionais”, apesar de maiores níveis de inclusão, como a aprovação do voto de pessoas analfabetas, situação que atingia principalmente as mulheres mais pobres. A respeito da análise inequívoca da autora, vale acrescentar que, apesar disso, o governo propôs mudanças nas relações de gênero, partindo do reconhecimento da posição subalterna das mulheres no capitalismo. Em discurso realizado durante a campanha presidencial, Allende colocou em evidência a subordinação das mulheres no contexto do capitalismo:

La mujer que al trabajar tiene que hacer un doble trabajo: antes de salir y después de volver a su casa tiene que cumplir todo el quehacer de la cocina, el aseo, el lavado y la eterna rutina que no conoce nunca descanso [...] sufre todas las postergaciones y discriminaciones [...] el estrecho marco que fija para la mujer la cultura tradicional capitalista no encuentra la posibilidad de desarrollar plenamente su facultad creadora. (*apud* OYARZÚN, 2020, p. 53)

As políticas de governo e as demandas das classes trabalhadoras continham uma forte dimensão de gênero, cuja análise não pode ser reduzida apenas à reprodução dos valores tradicionais, mas compreendida, dialeticamente, nas suas contradições. O que não significa que as estruturas opressivas tenham deixado de ocupar um *status* de “contradições secundárias” nos debates das esquerdas do período. Como apontou Margareth Power (1997, p. 251), as noções de masculinidade e feminilidade permearam os discursos e as práticas políticas, interferindo na forma como as pessoas entendiam a política e as experiências cotidianas. Assim, os contornos que as relações de gênero assumiram nos discursos oficiais e nas práticas cotidianas no âmbito do trabalho ajudam a compreender aspectos das complexas relações entre permanências e transformações das hierarquias sociais, bem como o papel do Estado e das classes trabalhadoras na manutenção das opressões (FONSECA, 2019).

A Ministra do Trabalho, Mireya Baltra, proclamou que a “igualdade plena” era um dos princípios fundamentais que nortearia o processo revolucionário no Chile.<sup>5</sup> Em 1972, foi inaugurada a Secretaria Nacional da Mulher, que, juntamente à Oficina Nacional da Mulher, criada no governo de Eduardo Frei, significou a institucionalização da “questão feminina” (STABILI, 2017, p. 261). Estava prevista ainda a criação do Ministério da Família, que seria

---

<sup>5</sup> *El Siglo*, 8 de março de 1972.

encabeçado por Felicitas Klimpel e Carmen Gloria Aguayo, e do Código da Família, projetos que foram interrompidos pelo golpe.<sup>6</sup>

Do programa de governo, constava a garantia de direitos civis às mulheres, como a plena capacidade civil da mulher casada<sup>7</sup> e a igualdade salarial, visando à eliminação “[...] *de toda discriminación entre el hombre y la mujer*”.<sup>8</sup> Nesse sentido, o governo solicitou a assessoria técnica da Organização Internacional do Trabalho (OIT) na criação de uma política nacional de salários e planificação dos recursos humanos que respaldasse a readequação dos salários.<sup>9</sup> Além disso, propunha a incorporação das mulheres ao trabalho produtivo e a criação de uma nova legislação que versaria sobre os direitos da família e contratuais e a lei divórcio.

10

Apesar de não constar do programa de governo, a demanda pela socialização do trabalho doméstico foi sendo incorporada aos discursos de Allende e aos programas sociais por meio das ações da Secretaria Nacional da Mulher. As tarefas relacionadas ao cuidado deveriam ser socializadas e garantidas pelo Estado de forma a criarem condições para uma incorporação massiva das mulheres à esfera produtiva que seria empregada, principalmente no setores têxtil e pesqueiro, no trabalho artesanal e na educação (ALLENDE, 2016). Assim, a criação de restaurantes públicos, creches, lavanderias comunitárias e ações como a entrega de refeições para trabalhadoras e suas famílias possibilitariam a liberação das mulheres do trabalho doméstico. A política de promoção do trabalho remunerado das mulheres estava associada à batalha da produção e, segundo Allende, os locais de trabalho, cujos trabalhadores estavam no controle direto das fábricas, deveriam prestar “[...] *atención especial a la mujer que trabaja, a sus aspiraciones y necesidades específicas*” (ALLENDE, 2020, p. 301).

As propostas integraram o projeto base para a nova Constituição e eram constantemente citadas nos discursos do presidente Allende e demais representantes do governo. O projeto da nova Constituição representaria a síntese das lutas populares pela democratização do poder político e o Estado social estaria pautado no aprofundamento da

---

<sup>6</sup> *Punto Final*, 25 de janeiro de 1990.

<sup>7</sup> É fundamental destacar que as mulheres casadas não podiam firmar contratos ou viajar sem a autorização dos maridos e eram penalizadas em caso de adultério, o que não ocorria com os homens.

<sup>8</sup> *Programa Basico de Gobierno de la Unidad Popular*, 1969, p.26.

<sup>9</sup> Ofício de 13 de outubro de 1972. *Archivo Nacional de la Administración* (ARNAD). Fundo: Ministério do Trabalho.

<sup>10</sup> *Programa Basico de Gobierno de la Unidad Popular*, 1969, p.26.



democracia. No projeto constituinte, a igualdade de direitos entre homens e mulheres foi declarada “[...] *en todos los dominios de la vida política, econômica, cultural, social y familiar*” (ALLENDE, 1993, p. 17, ainda que as propostas relativas às mulheres integrassem os dispositivos legais relativos aos direitos da família e das crianças.

Além disso, o governo da UP promoveu um conjunto de programas sociais, mostrando o compromisso com as demandas populares e uma preocupação com as questões relativas à reprodução da vida que atingia principalmente as mulheres, por serem, historicamente, responsáveis pelos trabalhos reprodutivos. No período, por exemplo, foram construídas inúmeras habitações, uma demanda histórica dos movimentos de luta por moradia. Foram criados berçários e jardins infantis, programas de saúde pública e da mulher, de educação sexual e de assistência materno-infantil e projetos de leis de regulação do trabalho doméstico assalariado. O sistema escolar chileno foi ampliado, assim como a licença-maternidade. O governo garantiu meio litro de leite diário a cada criança do país e criou programas de planificação familiar que versavam sobre a sexualidade e tinham o propósito de desvincular o sexo da reprodução da vida (ZÁRATE CAMPOS; MOYA GONZALEZ, 2015). O aborto não foi legitimado publicamente pela UP, postura que foi criticada pelas feministas de esquerda, mas foi permitido pelo governo em determinadas situações (TINSMAN, 2009, p. 239). Para isso, foram criados programas de combate aos seus riscos.

Durante a UP, o trabalho assalariado das mulheres, apesar de ser um fenômeno de longa duração, era um tema controverso. Porém, tornava-se cada vez mais uma realidade e um desejo associados principalmente à necessidade, mas também à busca por maior autonomia e independência (MAURO CARDARELLI; GODOY CATALÁN; DÍAZ BERR, 2009, p. 85). Como Maria Soledad Zárate e Lorena Godoy (2005, p. 46) apontaram, a partir de 1970, o trabalho assalariado das mulheres passou a ser entendido como direito e opção. No período, as mulheres compunham 23,1% da população economicamente ativa.<sup>11</sup> Apesar da enorme disparidade em relação aos homens, o percentual era consideravelmente maior que a média da América Latina, 13,6% (DEUTSCH, 1991, p. 293). Até 1972, 30% do total de mulheres trabalhava no mercado formal, e 25% do total da força de trabalho feminina estavam

---

<sup>11</sup> *Chile Hoy*, n. 3, p. 10-11, jun.-jul. 1972.

concentrados na indústria manufatureira (MUÑOZ, 1988, p. 209<sup>12</sup>, *apud* TINSMAN, 2009, p. 253).

A UP buscou enfrentar a incorporação desigual das mulheres à força de trabalho, promovendo o trabalho remunerado como componente fundamental da luta pelo fim da exploração e subordinação das mulheres.<sup>13</sup> Juntamente aos dispositivos legais que estabeleciam direitos civis das mulheres, a independência econômica abriria caminho à transformação das hierarquias sociais existentes. No estudo *El trabajo: un nuevo destino para la mujer chilena?*, realizado em 1972 pelo Instituto Laboral e de Desenvolvimento Social do Ministério do Trabalho, a necessidade de incorporação das mulheres na produção foi enfatizada, assim como o interesse do governo em conhecer as novas formas de projeção feminina na sociedade chilena (DUCCI; GILI; ILLANES, 1972). No estudo, realizado por mulheres, verificou-se que entre as entrevistadas, mais de 70% eram a favor da incorporação das mulheres à força de trabalho; mais de 40% discordavam da divisão dos papéis de gênero; 77% acreditavam que a responsabilidade da economia familiar deveria ser dividida com os homens; 55% consideravam que o cuidado dos filhos também deveria ser compartilhado e 92% entendiam que as decisões deveriam ser tomadas de forma conjunta (MAURO CARDARELLI; GODOY CATALÁN; DÍAZ BERR, 2009, p. 357-358). Portanto, podemos perceber um interesse das mulheres em abordarem a pauta das desigualdades de gênero.

A participação das mulheres também foi promovida em diversas frentes, tais como nos organismos de base, entre eles as *juntas de abastecimientos e precios* (JAP), *juntas de vecinos* e *centros de madres*,<sup>14</sup> nas diversas ações que visaram à educação, cultura e saúde. No período, foram criados comitês eleitorais femininos e sessões específicas para a atuação de mulheres nos sindicatos e organizações comunitárias (TINSMAN, 2009, p. 225). O interesse da UP em atrair o apoio das mulheres se dava por diferentes motivos. Primeiramente porque as mulheres constituíam a maioria da população. Além disso, destaca-se a porcentagem inferior de votos femininos recebidos pela coalizão de esquerda comparativamente ao de homens e às mobilizações realizadas no período por mulheres identificadas com a direita que

---

<sup>12</sup> MUÑOZ, Adriana. Fuerza de trabajo femenina: Evolución y tendencias. *Mundo de Mujer*, 1988.

<sup>13</sup> *Chile Hoy*, n. 3, p. 10-11, jun.-jul. 1972.

<sup>14</sup> Apesar disso, Carmem Gloria, militante do *Movimiento de Acción Popular Unitaria* (MAPU), destacou a resistência inicial da UP em dar suporte aos *centros de madres*, decisão que foi revertida após a pressão de mulheres da coalizão (SHAYNE, 2004, p. 79).

se iniciaram com a *Marcha de las Ollas Vacías*<sup>15</sup> (TINSMAN, 2009, p. 225-226). No entanto, como destacou Oyarzún (2020, p. 36), o voto das mulheres na UP foi inédito. Na mesma direção, Heidi Tinsman (2009, p. 226) criticou a visão difundida na academia que diz respeito a um suposto conservadorismo das mulheres, pois obscureceria uma participação efetiva.

Nesse sentido, são inegáveis os esforços do governo em enfrentar uma visão enraizada na sociedade capitalista acerca da subordinação e ilegitimidade das mulheres, apesar de as demandas relativas à igualdade salarial e a direitos também serem defendidas pelos democratas cristãos e setores das classes dominantes (DEUTSCH, 1991, p. 294). Portanto, vale destacar a dimensão inclusiva, ainda que limitada e ambígua, do processo de construção da via chilena em termos de gênero. Por outro lado, as ações do governo reforçaram as normativas de gênero e as estruturas patriarcais. Cabe ressaltar a pressão que deputadas democratas cristãs exerceram sobre a UP exigindo que o projeto de lei que estabelecia a plena capacidade civil das mulheres casadas fosse colocado em votação.<sup>16</sup> Em plenária, a deputada Wilna Saavedra condenou a decisão de representantes do governo de postergar a votação do projeto de lei com a justificativa de que o projeto estivesse atrelado à reforma constitucional.

O fato de o governo defender uma estratégia política pautada na via institucional e não possuir uma base majoritária no Congresso representava sérios limites à realização do seu programa. No entanto, a postergação de propostas assumidas pelo governo não pode ser entendida apenas pela ausência de uma base majoritária no Congresso. Allende foi enfático ao responder que a lei do divórcio não estava “[...] *en el primer plano de la preocupación, porque hay otros problemas más profundamente inquietantes*” (2016, p. 314), ainda que, no mesmo discurso, ele a tenha reafirmado como um compromisso do governo. O que mostra que a posição do governo não estava imune às ambiguidades e formulações pouco claras a respeito das relações de gênero, tampouco se situava fora da ordem patriarcal de gênero.

Se, por um lado, o governo apresentou uma perspectiva crítica às desigualdades de gênero, por outro, respaldou as relações que delegavam mais poder aos homens. No período, houve um considerável aumento participativo das mulheres nos organismos de defesa da Reforma Agrária (TINSMAN, 2009, p. 11). Porém, a Reforma Agrária significou mais

---

<sup>15</sup> Sobre as manifestações lideradas pelas mulheres identificadas com a direita política e encabeçadas pelo Poder Feminino durante a UP, ver Power (2008).

<sup>16</sup> Seção ordinária n. 21, Cámara dos deputados, legislatura 71-72. Disponível em: <https://www.bcn.cl/laborparlamentaria/wsgi/consulta/verParticipacion.py?idParticipacion=1918307>. Acesso em: agosto de 2021.

poderes aos homens que se beneficiaram diretamente do acesso à propriedade da terra, ao crédito e a melhores condições de trabalho, fortalecendo as hierarquias de gênero (TINSMAN, 2009, p. 185). O direito à propriedade para as mulheres implicava uma série de limitações e restrições, expressando o caráter sexista da Reforma Agrária no Chile.

Teresa Valdés, em entrevista a Shayne (2004, p. 77), sublinhou a inexistência de uma consciência de gênero no contexto abordado. Vale mencionar que relações sociais historicamente construídas com base no modelo heteropatriarcal continuaram a ser hegemônicas, significando a postergação da liberação das mulheres, apesar da sua história de organização e participação política e social (PALESTRO CONTRERAS, 2020, p. 128). Contudo, a participação subalterna das mulheres, como apontou Maria Stabili (2017, p. 256), significava a sua exclusão dos grandes processos decisórios. Ainda que tenham participado do governo, os altos cargos foram quase exclusivamente destinados aos homens.

Em discurso realizado em de maio de 1972 na Universidade de Concepción, Salvador Allende afirmou que as mudanças deveriam ir ao encontro à criação de “*Una nueva moral, una nueva relación en el trato humano entre el hombre y la mujer*” (2016, p. 453). No entanto, os discursos emancipatórios sobre as relações de gênero coabitaram com a reprodução da ideologia patriarcal. Como, por exemplo, o caso em que Allende tratou de um projeto de lei que estabeleceria o Serviço Social Obrigatório da Mulher. De acordo com Allende:

No es posible que miles y miles de muchachas no entreguen en esa etapa su capacidad y aporte a los miembros de la comunidad [...] En los próximos seis meses las muchachas chilenas deberán iniciar su contribución a lo que más vale: los hijos del pueblo, el futuro de Chile. Estoy seguro que las jóvenes chilenas responderán con cariño y entusiasmo a ese desafío revolucionario. Esas muchachas que mañana serán madres habrán aprendido a cuidar y querer a sus hijos.<sup>17</sup>

O trabalho voluntário de cuidado e educação de crianças visava à ampliação de berçários e jardins de infância e funcionaria como uma espécie de laboratório para as futuras mães. Porém, ao ser submetido à votação, foi amplamente rejeitado, inclusive pelos partidos da coalizão de esquerda (ALLENDE, 2016, p. 78). Apesar disso, a contribuição das mulheres

---

<sup>17</sup> Boletim do Comitê Central do Partido Socialista, n. 24, julho de 1972.

se daria, principalmente, por meio da realização de atividades que simbolizariam a coextensão das tarefas domésticas. Além disso, Allende destacou:

[...] no hay revolución sin la presencia de la mujer coadyuvando a este proceso de cambios y llevando su dulzura y su firmeza, su decisión y su capacidad creadora, como ya la han visto ustedes en el tierno ejemplo de esa muchachita de Vietnam, estudiante, bella, grácil y guerrillera. (2016, p. 453)

O trecho reproduzia uma imagem estereotipada das mulheres, delimitando seu lugar no processo revolucionário como coadjuvantes. O sujeito revolucionário por excelência, condensado na figura do *hombre nuevo*<sup>18</sup>, seria, portanto, homem, militante, trabalhador, principalmente operário e camponês, e provedor da família. As mulheres atuavam, sobretudo, como apoiadoras do processo revolucionário. Carlos Altamirano, presidente do Partido Socialista, em um importante Ato das Mulheres Socialistas realizado no estádio Santa Laura, em 1973, reunindo mais de 25 mil mulheres, reiterou que “[...] *El éxito o el fracaso de un proceso revolucionario dependerá en gran medida de la participación de la mujer*”.<sup>19</sup> Altamirano defendeu a igualdade formal entre homens e mulheres, condenando a sujeição das mulheres no contexto do capitalismo como fruto da imposição da dominação burguesa, ao mesmo tempo em que identificou as mulheres principalmente como mães, esposas e companheiras.

Os homens eram os principais responsáveis por atraírem a participação das mulheres no processo de transição ao socialismo (TINSMAN, 2009, p. 229), como sugere o seguinte trecho do discurso de Allende: “*Es gran tarea, la de conquistarla conscientemente*” (DEUTSCH, 1991, p. 292). Ao Estado caberia a tarefa educativa de prepará-las sobretudo para as funções que lhes eram tradicionalmente atribuídas. Por outro lado, representantes da UP chamavam as demais mulheres a romperem com os “[...] *esquemas paternalistas y machistas del pasado*” (TINSMAN, 2009, p. 231). Dessa forma, as normas que relegavam as mulheres a um destino biológico, associado à naturalização da disposição ao cuidado e ao terreno das afetividades, eram atualizadas ao mesmo tempo em que eram contestadas.

Um dos efeitos da ordem simbólica patriarcal é a negação das mulheres como sujeitos políticos. Em discurso, Salvador Allende reiterou: “*Estimadas compañeras [...] este acto no*

---

<sup>18</sup> A expressão foi bastante difundida por militantes de esquerda na época para se referirem à construção, junto ao processo revolucionário, de uma nova forma de sociabilidade baseada na solidariedade e coletividade.

<sup>19</sup> ALTAMIRANO, Carlos. Decisión Revolucionária. Edição em Homenagem ao 40º Aniversário do Partido Socialista. Editora Quimantú, abril de 1973, p. 156.

*es un acto esencialmente político y no deseo por respecto a la mujer darle tal carácter*".<sup>20</sup> No trecho, Allende destaca que a política não era um lugar destinado à participação das mulheres. No entanto, o discurso teve um caráter fortemente político. Allende enfatizou, por exemplo, as conquistas dos grupos sociais subalternos durante a UP e a trajetória política das mulheres, destacando a construção do 8 de março e o seu caráter político.<sup>21</sup> A defesa da participação das mulheres coexistia com a sua negação como sujeito político, o que aponta algumas das formas de enraizamento das relações patriarcais na sociedade e das quais a esquerda e o governo não estavam isentos. Vale destacar que Karin Roseblatt (2001) demonstrou como, nas décadas anteriores, as esquerdas marxistas no país construíram com suas práticas políticas mobilizando valores morais tradicionais com uma forte dimensão de gênero.

Contudo, não pretendemos apenas destacar o sexismo enraizado na esquerda chilena durante o governo da UP, mas, principalmente, compreendermos como as opressões estruturais foram tratadas e como estavam articuladas às transformações ocorridas no período.<sup>22</sup> Apesar de conhecido, é indispensável enfatizar o lugar subordinado das opressões nos debates promovidos por parte das esquerdas marxistas do período, que consideravam o feminismo como um desvio pequeno burguês (HINER, 2015, p. 875), apesar das lutas políticas empreendidas pelas feministas socialistas e marxistas. Desse modo, destacamos como a centralidade estratégica da luta de classes levou à desconsideração das especificidades das relações sociais de exploração e dominação (KIRKWOOD, 2010, p. 161), desvelando parte dos limites do programa político da UP.

A socialização do trabalho doméstico integrava as demandas históricas da tradição feminista socialista e marxista acerca da desnaturalização da divisão generificada do trabalho. Porém, a construção de restaurantes populares, lavanderias e creches foi obscurecida por fenômenos contingentes ou considerados de maior relevância pelo governo, como a batalha da produção. A curta duração da UP, além de fatores como as ações de boicote promovidas pela burguesia chilena, as divergências no interior da coalizão e o acirramento da luta de classes

---

<sup>20</sup> Discurso de Allende no Dia Internacional das Mulheres realizado em 8 de março de 1972. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/allende/1972/marzo08.htm>. Acesso: agosto/2021.

<sup>21</sup> Idem.

<sup>22</sup> Dessa forma, entendemos as relações de opressão não como restritas à esfera cultural e às relações pessoais, mas como estruturantes no capitalismo (ARRUZZA, 2015).

são fundamentais para explicar parte dos dilemas da construção da via chilena. Porém, cabe salientar a relutância do governo em desafiar as estruturas patriarcais (SHAYNE, 2004, p. 88).

Considerando os desafios envolvidos na transformação das estruturas opressivas, todavia, foram as mulheres, militantes de esquerda e simpatizantes do governo, cujas trajetórias até hoje foram pouco estudadas, que chamaram a atenção para as opressões. No período, não havia um movimento feminista organizado nos moldes, por exemplo, do *Movimiento Pró-Emancipación de las Mujeres de Chile* (MEMCH), que atuou entre os anos de 1930 e 1950<sup>23</sup>, e as posições feministas estavam diluídas nos partidos e organizações de esquerda (STABILI, 2017, p. 261). No entanto, antes mesmo de Allende ganhar as eleições, parte da esquerda já apontava que as condições para uma revolução bem-sucedida dependiam da crítica às formas burguesas de sociabilidade, às desigualdades de gênero e ao papel da família patriarcal (MATTELART; MATTELART, 1968<sup>24</sup>, *apud* DEUTSCH, 1991, p. 303).

Apesar de parte das militantes não se identificar como feministas no período, as posições políticas que assumiram na denúncia da opressão das mulheres, embora não fossem hegemônicas, tampouco podem ser vistas do ponto de vista da aceitação da subordinação das opressões às relações sociais de exploração. Como, por exemplo, as críticas feitas por Vânia Bambirra, umas das fundadoras da Teoria Marxista da Dependência e exilada brasileira no Chile, e Virgínia Vidal, jornalista e feminista marxista, quanto ao desinteresse da esquerda em tratar com a devida importância as hierarquias de gênero.

Em artigo da revista *Punto Final* intitulado “A mulher chilena na transição ao socialismo”, ilustrado com a imagem de uma trabalhadora têxtil, a autora criticou o economicismo das concepções estratégicas da esquerda, defendendo que as transformações superestruturais eram tão relevantes quanto as mudanças no âmbito das relações de produção.

<sup>25</sup> Bambirra citou excertos de Lênin para destacar que a liberação das mulheres do trabalho doméstico e sua participação política eram condições fundamentais para o êxito das revoluções. O texto foi construído em diálogo com feministas marxistas como Margareth Benston, principalmente no que se refere ao papel da família e à opressão das mulheres no

---

<sup>23</sup> A desarticulação do MEMCH se deu após a conquista do voto feminino, marcando um período entre 1950 e 1970, denominado de “silêncio feminista” (KIRKWOOD, 1986).

<sup>24</sup> MATTELART, Armand; MATTELART, Michéle. *La mujer chilena en na nueva sociedad: un estudio exploratorio acerca de la situación e imagen de la mujer en Chile*. Santiago: Editorial del Pacifico, 1968.

<sup>25</sup> *Punto Final*, n. 133, 22 de junho de 1971, p. 1-4.

capitalismo. É importante destacar que as décadas de 1960 e 1970 marcaram a retomada de um vigoroso processo de renovação do pensamento feminista socialista e marxista que recolocou no centro dos debates a análise da opressão das mulheres em articulação com o modo de produção capitalista (FERGUSON; McNALLY, 2017, p. 27-28).<sup>26</sup>

No contexto chileno, Mireya Baltra, em entrevista a Shayne (2004, p. 78), destacou o papel de militantes socialistas e comunistas, como o da deputada Gladys Marín, que buscaram dar visibilidade ao trabalho doméstico. Vale mencionar o chamado da senadora comunista Julieta Campusano dirigido aos homens ao compartilhamento das tarefas domésticas (DEUTSCH, 1991, p. 301), criticando as relações patriarcais, ainda que centrado na esfera das relações familiares. Virginia Vidal ressaltou que a construção do socialismo deveria ocorrer simultaneamente ao processo de “liberação total” das mulheres. A jornalista defendeu a necessidade de se discutir temas relacionados à sexualidade, ao machismo, à planificação familiar, ao matrimônio, ao controle de natalidade, de forma a confrontar os modelos de sociedade baseados na ideologia da domesticidade.<sup>27</sup> O governo da UP chegou a publicar um panfleto escrito por Vidal, mas a publicação não foi distribuída, o que revela, possivelmente, um recuo da coalizão em lidar com as demandas que desafiavam o senso comum e as normativas de gênero (TINSMAN, 2009, p. 237).

Apesar de terem sido marginalizadas, as posições feministas foram importantes indicadores dos limites do processo revolucionário. A desconfiança por parte das esquerdas chilenas e mundiais em relação ao feminismo não impediu que socialistas e comunistas, como no caso chileno, denunciassem a opressão de gênero, reivindicando sua indissociabilidade da luta de classes. Além disso, Julie Shayne (2004, p. 84) destacou que apesar da inexistência de uma agenda feminista naquele momento, a participação das mulheres, ainda que subalterna, foi fundamental para o acúmulo das lutas que desembocaram na formação dos movimentos feministas pós-governo Allende no país.

---

<sup>26</sup> Segundo Ferguson e McNally (2017), foi no final da década de 1960 que o debate sobre o trabalho doméstico, analisado a partir de uma perspectiva econômica política marxiana, surgiu com a publicação do texto “The Political Economy of Women’s Liberations”, de Margareth Benston. Na década de 1970, a campanha internacional de salários para trabalhos domésticos (*Wages for Housework*) denunciava o caráter não pago do trabalho doméstico, promovendo uma série de debates intensos sobre o tema que tiveram como expoentes feministas socialistas e marxistas, como Silvia Federici, Selma James, Maria Rosa Dalla Costa, que colocaram em evidência o caráter socialmente necessário do trabalho doméstico para o capitalismo.

<sup>27</sup> Virginia Vidal. *La emancipación de la mujer chilena* (1973). Editorial Quimantú.



## A dimensão generificada do trabalho têxtil

O processo de industrialização e urbanização do Chile foi acompanhado pela emergência de um proletariado urbano e pelo crescimento da participação das mulheres como força de trabalho barata e não qualificada empregada, principalmente nas indústrias têxtil, de alimentos e de vestuário (HUTCHISON, 2001, p. 5). Segundo Hutchison, a partir de 1917, com a promulgação de leis de proteção aos direitos das trabalhadoras, a força de trabalho das mulheres começou a sofrer uma redução progressiva e gradual. O aumento da licença maternidade, a igualdade salarial para trabalhos iguais e a implantação do sistema taylorista na década de 1960 possibilitaram mudanças (WINN, 2004, p. 76), implicando um processo paulatino de *masculinização* da força de trabalho no setor têxtil (GALVEZ; BRAVO, 1992, p. 26). De acordo com Peter Winn (2004, p. 76), autor de um estudo pioneiro sobre a fábrica Yarur, até meados da década de 1950, cerca de 60% das operárias da indústria eram mulheres que ganhavam em torno de 30% menos que os homens. Apesar das mudanças estruturais, as trabalhadoras continuaram a representar uma parcela substantiva, ainda que menor, da força de trabalho empregada nas fábricas têxteis.

Cabe destacar que esse processo se inseria na reconfiguração das relações capital-trabalho, nas quais uma série de direitos reservados a mulheres e crianças seriam consolidados com o fim de racionalizar a força de trabalho e garantir a sua reprodução (FERGUSON; McNALLY, 2017, p. 41-42). Nesse contexto, a família nuclear assume um papel cada vez mais central na reprodução do capitalismo, garantindo a produção e reprodução da mercadoria força de trabalho de forma gratuita por meio do trabalho realizado pelas mulheres nos lares. Assim, o “salário-família” constituiu-se em um fenômeno gerado a partir das lutas políticas por melhores condições de vida, mas também como forma de disciplinamento das classes subalternas. No Chile, a convergência de tais interesses expressou-se nas experiências da Frente Popular na década de 1930, implicando negociações e contradições que reorganizaram as relações entre gênero, família e modo de produção capitalista (ROSEMBLATT, 2000). Além das especificidades do capitalismo periférico, a figura do homem provedor passou a ser amplamente disseminada, sendo o salário familiar a medida objetiva que conferia legitimidade à autoridade masculina.

As fábricas aqui abordadas, Sumar e Yarur, compuseram um dos setores mais dinâmicos da indústria manufatureira do país. Desde a década de 1940, formavam parte do monopólio têxtil (chegando a abastecer 97% da demanda interna), beneficiando-se das políticas protecionistas do Estado (WINN, 2004, p. 18). Até a ocupação das fábricas, prevalecia o que Winn (2004, p. 66) denominou, em seu importante estudo sobre a fábrica Yarur, paternalismo repressivo e forte disciplina no trabalho, mas também lutas contestatórias por parte de seus trabalhadores, conformando um setor de forte tradição sindical.

No governo da UP, ambas as fábricas foram ocupadas pelos trabalhadores com o intuito de pressionar o governo a acelerar o processo de nacionalização das indústrias. O caráter monopólico das fábricas contribuiu para que o Estado interviesse nas indústrias e implantasse um sistema de cogestão de interventores e trabalhadores que gerou inúmeros debates permeados por tensões entre trabalhadores, sindicatos, partidos e governo.<sup>28</sup>

A construção de novas dinâmicas participativas se deu no auge do movimento sindical.

<sup>29</sup> No setor têxtil, as conquistas resultaram em aumentos salariais e melhorais nas condições de trabalho (criação de berçários, jardins de infância, refeitórios). Além disso, em 1972, foi formada uma comissão tripartite de governo, trabalhadores e empresários que fixava os salários e as condições do trabalho têxtil,<sup>30</sup> cujo cenário foi favorável aos sindicatos, principalmente os mais representativos, que saíram fortalecidos das negociações coletivas frente ao crescente receio da burguesia de perder seus estabelecimentos.<sup>31</sup>

No entanto, a divisão generificada do trabalho têxtil não foi contestada nem pelo governo nem pelos partidos de esquerda e sindicatos de trabalhadores das fábricas examinadas. As melhorias foram diversas e remetiam a demandas extremamente relevantes, porém, os sindicatos e partidos da UP negligenciaram, por exemplo, que as trabalhadoras

---

<sup>28</sup> *Punto Final*. Suplemento da edição n.168, 10 de outubro de 1972.

<sup>29</sup> De acordo com o editorial da revista do Comitê Têxtil, organismo que integrava a Corporación de Fomento de la Producción (CORFO) e que, durante a UP, foi responsável por formular políticas e planejar as ações relativas ao setor têxtil, a área têxtil representava uma vanguarda política. *Revista del Área Textil*, n. 1, maio de 1973, p. 2. Cabe mencionar que no governo de Allende foi promulgada uma lei que outorgava personalidade jurídica a sindicatos, federações e confederações sindicais *Central Única*, n. 5, nov. de 1971, p. 4.

<sup>30</sup> Resolução n. 4, promulgada em 16 de outubro de 1972. Disponível em: <<https://www.leychile.cl/N?i=193474&f=1972-10-20&p=>>>. Acesso em: jul. 2021.

<sup>31</sup> De acordo com as minutas da Junta de Conciliação do Ministério do Trabalho, além das indústrias maiores, várias fábricas pequenas conseguiram o aumento integral das suas demandas. Ver: Minutas ano de 1972. Junta de Conciliação da Direção do Trabalho. *Archivo Nacional de la Administración* (ARNAD). Fundo: Ministério do Trabalho. Caderno 4018.

têxteis, um terço da força de trabalho das fábricas, recebiam salários inferiores aos dos homens e ocupavam cargos menos qualificados e com menores possibilidades de promoção. No acordo tripartite, as categorias de trabalho com menores salários continuaram a ser ocupadas sobretudo por mulheres que trabalhavam principalmente com controle de qualidade e revisão das telas produzidas, mostrando a insuficiência da igualdade salarial. O trabalho especializado implicava reconhecimento das qualidades necessárias ao produto final e desenvolvimento de tarefas primordiais ao cumprimento do processo produtivo. Porém, as operárias continuaram a ocupar cargos inferiores e com baixos salários. As seções produtivas com maiores salários eram aquelas consideradas de alta complexidade e que empregavam, não por coincidência, exclusivamente trabalhadores homens, como o caso de *tintorería*.

Cabe destacar a dimensão generificada das posições de *obrero* e *empleado* no trabalho têxtil.<sup>32</sup> A distinção entre trabalho manual e intelectual foi um dos mecanismos que muito contribuiu para divisão da classe trabalhadora chilena, atingindo principalmente as mulheres, que eram sobretudo operárias. Os operários homens realizavam tarefas de transporte e abastecimento de produtos e matérias-primas que circulavam entre os setores produtivos, além de operação de máquinas na produção dos tecidos junto às trabalhadoras. Porém, tinham maiores possibilidades de se tornarem *empleados* que as mulheres. Grande parte dos trabalhadores homens entrevistados por Winn (2004, p. 175-176) entrou nas fábricas como operários e se tornaram *empleados*, posição que lhes garantia melhores salários e benefícios sociais. Como nos relatou a operária têxtil Guilhermina Pizarro em entrevista durante esta pesquisa, “[...] *nosotras que éramos operarias ganábamos menos, los empleados, la gerencia, todos ganaban más y eran hombres, las mujeres nunca podríamos ser jefas*”.<sup>33</sup>

Em 1974, foi realizado, na fábrica Sumar, um levantamento sobre os cargos, as remunerações e o ano de ingresso dos *empleados* na fábrica. De acordo com os dados, as *empleadas* ocupavam cargos, por exemplo, nas áreas administrativas, de recursos humanos, assistência social, em funções como auxiliares de dentistas, técnicas nos laboratórios

---

<sup>32</sup> O conjunto de trabalhadores, na legislação trabalhista chilena, era dividido em duas categorias: *empleados*, cujas funções eram consideradas predominantemente intelectuais, e *obreiros*, que exerciam atividades manuais.

<sup>33</sup> As entrevistas referidas neste artigo foram realizadas em 2019 como parte da pesquisa de doutorado em História Social intitulada “Estado, trabalho e gênero: indústria têxtil de Santiago do Chile durante a Unidad Popular e a ditadura (1970-1990)”, pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo FFLCH-USP, sob a orientação de Robert Sean Purdy e financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – número do processo: 88887.473844/2020-00.

químicos, secretárias e trabalhadoras dos jardins de infância. No entanto, a grande maioria dos cargos de chefia ou com salários maiores era ocupada por homens, tais como: chefes de seções produtivas, de turnos e de manutenção, gerentes e superintendentes.<sup>34</sup>

As trabalhadoras têxteis raramente exerciam cargos de chefia, mesmo em seções produtivas em que eram maioria, como *revisado*. Nas fontes consultadas, encontramos apenas um caso: a operária Teresa Bachmann Ide, trabalhadora da seção *enlizado* da fábrica Sumar-Algodón, recorreu ao Ministério do Trabalho solicitando readequação do seu posto, visto que exercia atividades compatíveis com o cargo de chefia.<sup>35</sup> O pedido foi atendido e sua promoção garantida por determinação judicial. Segundo a resolução do Ministério, Teresa era responsável pelo controle da produção, distribuição dos artigos e do trabalho realizado pelas operárias, predominando “[...] o esforço intelectual sobre o físico”, por isso, o cargo deveria ser readequado para a função de *empleada*. No entanto, tratava-se de um caso excepcional, em que a promoção ocorreu somente após Teresa recorrer à Justiça do Trabalho.

As desigualdades de gênero manifestaram-se de formas variadas e não somente nos salários. No fórum realizado pela revista *Punto Final*, os dirigentes sindicais da planta Sumar-Polyester realizaram um debate a respeito do sistema participativo e de cogestão da fábrica.<sup>36</sup> A reunião foi realizada, exclusivamente, por dirigentes e trabalhadores homens que, apesar de reconhecerem as debilidades e limites do processo participativo e concordarem que a participação deveria atingir a base dos trabalhadores, negligenciaram, por exemplo, a dimensão generificada do sistema de participação e cogestão das fábricas. Os conselhos de administração, formados por pessoas indicadas pelo governo e representantes dos trabalhadores, foram constituídos hegemonicamente por homens, assim como os comitês de produção, mesmo nos setores compostos majoritariamente por trabalhadoras mulheres.

Além disso, como as trabalhadoras têxteis ocupavam cargos, em sua maioria hierarquicamente inferiores, estavam mais expostas a situações desiguais. A própria existência de uma igualdade salarial entre trabalhadores que realizavam o mesmo trabalho é

---

<sup>34</sup> Lista de empregados e funções de *Manufacturas Sumar S.A. Archivo Nacional de la Administración* (ARNAD). Fundo: Ministério do Trabalho, pasta 2975.

<sup>35</sup> *Acta n. 9. Resoluciones de Conflicto. Junta Clasificadora de Empleados y Obreros. Archivo Nacional de la Administración* (ARNAD). Fundo: Ministério do Trabalho, *Dirección de Relaciones Laborales*. Expediente n. 530. 10 de março de 1971.

<sup>36</sup> *Punto Final*. Suplemento da edição n.168, 10 de outubro de 1972.

controversa. Julio Beltrán, que havia sido chefe da seção *hilandería*, afirmou que não havia diferenças salariais entre homens e mulheres que operavam as mesmas máquinas. No entanto, Hugo Valenzuela, dirigente sindical e trabalhador da seção de *tintorería* da planta Sumar-Algodón afirmou que não se notavam diferenças salariais em seções como *revisado*, composta em grande parte por mulheres. Porém, em *telares*, cuja força de trabalho era composta por mulheres e homens, a diferença era notável.

Vale lembrar que as habilidades associadas a determinados trabalhos definem-se com base no sexo biológico (PHILLIPS; TAYLOR, 1980, p. 79). De acordo com essa noção, as mulheres seriam mais propensas a exercerem tarefas que exigissem destreza, delicadeza, paciência e habilidades manuais, corroborando a naturalização das hierarquias de gênero (ZÁRATE; GODOY, 2005, p. 26). Com efeito, as seções produtivas que exigiam habilidades manuais, como, por exemplo, *telares* e *revisado*, ou controle de qualidade eram compostas em grande parte por trabalhadoras responsáveis pela produção e revisão dos fios. Essas noções acabavam sendo assimiladas e reproduzidas pelas próprias trabalhadoras:

Teníamos más paciencia también. Había trabajo que era exclusivo a las mujeres. Claro, porque imagina estar 8 horas enchufando una agujita aquí y otra agujita. Y no te puedes equivocar porque queda mal el género.

O trabalho realizado pelas mulheres, não por coincidência, estava localizado na base das hierarquias dos cargos e salários, sendo menos valorizado e, conseqüentemente, com remunerações inferiores. Cabe ressaltar que a divisão generificada do trabalho é um efeito gerado pela relação estrutural entre as esferas da reprodução e produção. Karin Roseblatt (1995<sup>37</sup>, *apud* GODOY CATALÁN; DÍAZ BERR; MAURO CARDARELLI, 2009, p. 103) destacou que entre os anos de 1930 e 1950, o Estado, ao reconhecer a necessidade de um salário familiar apenas para os homens trabalhadores, via as mulheres como “não trabalhadoras”. Nesse sentido, o rebaixamento dos salários das trabalhadoras contribuía para uma maior extração de mais-valor, um dos efeitos da forma de organização social no capitalismo (ROSEMBLATT, 2000). Dessa forma, o gênero foi um componente central na

---

<sup>37</sup> ROSEMBLATT, Karin. Por un hogar bien constituido: El Estado y su política familiar en los frentes populares. In: GODOY, Lorena et al. (Org.). *Disciplina y desacato: construcción de identidad en Chile, siglos XIX y XX*, Santiago de Chile: SUR-CEDEM, 1995.

hierarquização das tarefas fabris. No entanto, o caráter altamente generificado da subordinação do trabalho ao capital não chegou a ser contestado nas fábricas têxteis ocupadas. Nesse sentido, cabe destacar que a superação das opressões não se realiza de forma automática tampouco imediata, mas a partir de um amplo processo de educação e formação política coletiva pautado na articulação entre relações sociais e formas de consciência.

### **Organismos sindicais e opressão de gênero**

Os organismos sindicais das fábricas têxteis foram fortes impulsores da UP, mas também expressaram as tensões dialéticas decorrentes das divergências políticas da coalizão. Em grande medida, os esforços foram direcionados à defesa do governo e à batalha da produção. Porém, as dinâmicas produzidas nas fábricas representavam a complexidade de posições e práticas que se constituíam na luta política.<sup>38</sup>

O modelo de participação na Área de Propriedade Social (APS), fruto do acordo realizado em 1971 entre a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o governo, representou o interesse conjunto do Estado e da classe trabalhadora de transformar profundamente as relações sociais de produção. O trabalho assalariado ganhava novos significados à medida em que o seu sentido estrito de venda da força de trabalho no capitalismo era alterado. No entanto, o modelo apresentava contradições e deficiências que não passaram incólumes a críticas dos trabalhadores.<sup>39</sup> Portanto, os conflitos produzidos nas fábricas têxteis e nos seus respectivos sindicatos expressavam uma multiplicidade de tensões e contradições que envolviam as relações entre a base de trabalhadores, o governo, os sindicatos e partidos políticos.

No contexto de explosão das lutas políticas e sociais (GAUDICHAUD, 2020, p. 165), as hierarquias de gênero ficaram subordinadas à luta pelo fim da exploração. Nos sindicatos, espaços altamente masculinizados, as hierarquias de gênero continuaram, em grande medida, a serem reproduzidas de forma naturalizada. Os dirigentes apoiavam reivindicações que julgavam importantes, como, por exemplo, a construção de creches para filhas e filhos das

---

<sup>38</sup> A grande maioria dos trabalhadores dirigentes políticos era, principalmente, socialista e comunista, apesar de haver uma heterogeneidade de posições políticas. Na planta da fábrica Sumar-Algodón, por exemplo, a diretiva sindical era formada por comunistas, socialistas, militantes e simpatizantes da Democracia Cristã, do MAPU e do Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR).

<sup>39</sup> Ver *Revista Punto Final*. Suplemento à edição n.168, outubro de 1972, p. 4.

operárias. Porém, as demandas das mulheres eram mediadas pelos seus companheiros de fábrica e dirigentes sindicais, expressando assim a dimensão paternalista e heteronormativa das relações de gênero no trabalho. Todavia, eram demandas legítimas, mas insuficientes e incorporadas após o crivo das direções sindicais.

Hugo Valenzuela, dirigente sindical e trabalhador da seção de *tintorería* da planta Sumar-Algodón, a respeito do machismo na época, destacou que “[...] *era muy extraño que una mujer estuviera con nosotros en los sindicatos*”. Todavia, segundo ele, o sindicato foi o primeiro entre os demais a incorporar uma mulher nas direções, Nolvía Olivares, que ocupou o posto de tesoureira. Segundo Valenzuela, Nolvía “[...] *nos demostró que era mucho más capaz que cualquier hombre*”, o que aponta para a ideia bastante comum até o presente de que as mulheres precisam lutar muito mais que os homens para provarem que são capazes de exercer papéis em posições diretivas e decisórias.

As diretivas sindicais eram hegemonicamente compostas por homens, o que delegava a eles o poder de decisão, com algumas exceções, como a diretiva provisória sindical da fábrica Sumar, criada em 1969, e composta por uma mulher entre seus seis membros.<sup>40</sup> Na visão da operária têxtil Guillermina Pizarro, “[...] *eran los hombres que mandaban en todo*” e as mulheres participavam das atividades que lhes eram designadas. Apesar de as relações de poder serem mais complexas, não somente determinadas pelo machismo da época, prevalecia uma visão paternalista de que os homens seriam os responsáveis por garantir melhores condições de vida e de trabalho, uma espécie de extensão da figura do homem provedor transposta para a esfera do trabalho e símbolo do fenômeno da autoridade masculina. Nesse sentido, a redistribuição dos salários e do poder durante o governo da UP contribuiu para fortalecer a autoridade masculina dos trabalhadores homens (DEUTSCH, 1992, p. 299).

Os jornais da época são fontes importantes para entendermos como as ideias sexistas continuaram a circular no período, mas também como foram confrontadas. As notícias veiculadas pelos organismos sindicais das fábricas informavam, principalmente, questões relativas à conjuntura, às mudanças realizadas pelo governo e ao processo produtivo em convergência com a batalha da produção. No entanto, as matérias específicas sobre as

---

<sup>40</sup> “Acta de constitución del Sindicato Profesional de Empleados y Obreros Manufacturas Sumar S/A”. *Archivo Nacional de la Administración* (ARNAD). Fundo: Ministério do Trabalho, *Dirección de Relaciones Laborales*, caixa 39.

trabalhadoras estavam permeadas por valores, ideias e representações que ressaltavam a sua subordinação ou a objetificação dos corpos femininos. Como, por exemplo, a matéria sobre as reivindicações de trabalhadoras têxteis da planta Sumar-Sederías.<sup>41</sup> A matéria buscava informar as demandas salariais e estruturais de onze trabalhadoras da Seção de Desenho da fábrica reivindicando, principalmente, a readequação dos seus salários. No entanto, a centralidade das demandas ficou prejudicada pelas inúmeras passagens compostas de termos que se referiam às trabalhadoras de forma objetificada e subalternizada.

Na revista da Federación Nacional Textil (FENATEX), as mulheres eram representadas sobretudo como donas de casa, distanciando-se da imagem de trabalhadoras assalariadas que o governo buscava promover. Como a matéria em que o autor buscava promover o trabalho voluntário, destacando a necessidade de se abdicar de algumas atividades normalmente realizadas aos domingos, como ficar “[...] *en la cama para que nuestra compañera nos dé el desayuno*”.<sup>42</sup> A matéria foi ilustrada com a foto de uma operária têxtil, porém, a presença das mulheres como força de trabalho nas fábricas foi ignorada, informando como a divisão generificada do trabalho baseada na noção de que as mulheres eram responsáveis pelo trabalho doméstico e pela satisfação das necessidades básicas dos homens e da família era naturalizada.

Outro exemplo foi o caso de divulgação de um curso de capacitação técnica veiculado pelo jornal da fábrica Sumar.<sup>43</sup> A chamada para a inscrição das mulheres foi realizada somente após a não ocupação total das vagas destinadas aos homens e com ressalvas: “[...] *dentro de las posibilidades de nuestra Escuela, llamamos especialmente a incorporarse [no curso] a las Compañeras*”. Além de se referir de forma vaga à incorporação das mulheres, o autor insinua que cabia a elas comprovar que não eram inferiores, eximindo assim os homens de responsabilidade na manutenção da opressão de gênero. Os exemplos são inúmeros: em outra matéria, o editor-chefe afirmou que “*La Historia tiene – a veces – una característica feminoide, como su nombre: oculta deliberadamente algunos hechos [...] en mérito de otros no tan relevantes*”.<sup>44</sup> A expressão pejorativa “*feminoide*” foi utilizada em correlação direta com a História para destacar a inferioridade dos termos por se tratarem de palavras no gênero

---

<sup>41</sup> *Crea – Jornal dos trabalhadores de Sumar*, n. 6, p. 12, primeira quinzena de setembro de 1972.

<sup>42</sup> *Fenatex*, n. 1, p. 7, julho de 1971.

<sup>43</sup> *Crea – Jornal dos trabalhadores de Sumar*, n. 4, p. 6, 20 de junho de 1972.

<sup>44</sup> *Crea – jornal dos trabalhadores de Sumar*, n. 4, p. 2, 20 de junho de 1972.



feminino. Além disso, o autor ressaltava uma suposta habilidade feminina de ocultar a “verdade”. Os homens, segundo essa noção, estariam dotados de atributos relativos à racionalidade e à coerência, enquanto as mulheres representariam o terreno da afetividade, do cuidado, mas também do indecifrável e do traiçoeiro.

As representações das trabalhadoras têxteis no discurso também eram relacionadas com o culto domesticidade. Em matéria publicada no periódico de grande circulação *La Nación*, destaca-se a habilidade das trabalhadoras de realizarem o trabalho assalariado “[...] *sin abandonar la casa y los hijos*”.<sup>45</sup> No discurso, a capacidade das mulheres de acumularem funções como trabalhadoras, militantes, companheiras, donas de casa, mães e esposas foi exaltada, naturalizando a sobrecarga de trabalho e a invisibilidade dos trabalhos reprodutivos.

Contudo, as trabalhadoras, principalmente as mais antigas, viam os sindicatos como ambientes hostis e inapropriados às mulheres. Essa noção remete aos mecanismos historicamente construídos de reprodução da alienação e subordinação que implicaram a negação das identidades das mulheres como sujeitos políticos (KIRKWOOD, 2010, p. 149). Nesse sentido, os casos de dirigentes têxteis mulheres, como Graciela Trujillo e Teresa Carvajal, na década de 1950, representavam, além de exceções, resistências aos limites impostos à atuação das mulheres nos espaços tradicionalmente reconhecidos como *políticos*.

Cabe ressaltar que parte das trabalhadoras têxteis eram as principais responsáveis pelo sustento da família, fosse por terem se separado ou porque os pais ou maridos estivessem desempregados, desafiando assim as representações simbólicas normativas que atribuíam aos trabalhadores homens a tarefa de prover a família. Era o caso, por exemplo, de operárias têxteis como Julia Haenz, Luisa Sanhueza e Eliane Peña. Portanto, o trabalho remunerado das mulheres tinha múltiplos sentidos e significados, como um meio para suprir as necessidades básicas das famílias, mas também estava associado à realização pessoal, à busca por autonomia, ao despendimento de uma vida rotineira e estritamente doméstica, ou ainda como forma de fugir da violência doméstica, fatores que se podiam combinar entre si. A diversidade de matizes que integraram as experiências das trabalhadoras têxteis demonstra que suas vidas eram mais complexas que os papéis tradicionalmente a elas reservados.

---

<sup>45</sup> *La Nación*, p. 13, 6 de setembro de 1972.

Nesse sentido, algumas publicações de alcance massivo trataram do trabalho assalariado das mulheres de uma perspectiva crítica e desafiando os poderes normativos. Em matéria veiculada na revista *Paula* intitulada “*Lo que hace feliz a la mujer chilena en el trabajo*”, a autora Amanda Puz abordou os conflitos, as discriminações e as desvantagens que trabalhadoras enfrentavam no período, como a dupla jornada de trabalho, mas que, devido à necessidade ou à busca por maior autonomia, tiveram de ser confrontados.<sup>46</sup> Cabe ressaltar que as trabalhadoras têxteis atuaram de diversas formas no período, como militantes e simpatizantes do governo, nas diversas mobilizações organizadas nas fábricas, posicionando-se frente às situações desiguais e às pressões causadas pelo intenso ritmo de trabalho, contestando as injustiças que julgavam ocorrer nas seções em que trabalhavam, como no caso da operária têxtil Teresa, ou mesmo como opositoras ao governo. As formas de atuação foram complexas e contraditórias, desafiando noções dicotômicas que situam as mulheres apenas como sujeitos passivos ou ativos. Apesar da tradição sindical masculina, o envolvimento político, ainda que em níveis distintos, permitiu o contato com atividades que extrapolavam o trabalho repetitivo que atravessava o cotidiano fabril.

O desenvolvimento de novas dinâmicas no interior das fábricas permitiu que mulheres e homens que não tinham uma atuação nos sindicatos ou nos partidos políticos experimentassem novas formas de participação e de relação com o trabalho. As trabalhadoras, mesmo que de forma incipiente e sob condições pouco democratizantes em termos de gênero, ocuparam espaços nos jornais sindicais quando estes eram escritos quase exclusivamente por homens, como foi o caso da matéria intitulada “*La mujer y su papel en el proceso revolucionario*”, escrita pela trabalhadora e militante socialista da planta Sumar-Sederías, Raquel Valdez de Ahumada.<sup>47</sup> Na matéria, a trabalhadora têxtil abordou os conflitos na fábrica, vinculando o protagonismo das mulheres à defesa do processo chileno.

Elas também se posicionaram frente aos conflitos ideológicos manifestados nas fábricas. Julia Herranz, operária da fábrica Sumar e simpatizante do Partido Socialista, destacou seu apoio à UP: “*Cada cual tiene derecho a su idea y me gustaba la izquierda, iba a las marchas con mis vecinas. En Sumar tuvimos un sindicato muy bueno y eran casi todos comunistas*”. E acrescentou: “*Allende era muy bueno presidente lo que pása és que no lo*

---

<sup>46</sup> *Revista Paula*, n. 48, p. 80-84, outubro de 1969.

<sup>47</sup> *Crea*, n. 2, 6 de março de 1972.

*dejaron gobernar*”. Por outro lado, a operária Otilia del Carmen Pilo Castro, que trabalhou 45 anos na indústria Yarur e foi representante de seção produtiva junto ao comitê de produção, destacou ter sido contrária à ocupação da fábrica. A operária condenou veemente aquilo que chamou de deslumbramento dos trabalhadores, ressaltando que eram incapazes de gerirem a fábrica, e, por isso, era tratada pelos partidários da UP como *amarilla*.<sup>48</sup> Por outro lado, Otilia se dirigiu a militantes e dirigentes sindicais como *comunachos*. No entanto, a trabalhadora reconheceu que, apesar da sua posição, não foi impedida de participar do comitê de produção. A operária abordou sua atuação contrária à ocupação da fábrica: “*Mira la fábrica nunca fue estatizada porque nosotros la defendimos [...] ellos querian estatizar la fábrica, éramos en contra ellos [...] luchamos hasta el final*”.

As análises dos conflitos e dissensos nos mostram parte das dimensões que integraram as relações sociais nas fábricas ocupadas. No trecho, Otilia apontou os esforços de trabalhadores contrários à ocupação e intervenção da fábrica como uma ação coordenada por parte da oposição. No entanto, as fontes apontam que havia uma hegemonia da esquerda nas indústrias têxteis aqui tratadas e que, na prática, nunca houve ações coordenadas para assegurar a propriedade privada dos meios de produção, sendo tais episódios pontuais.

Apesar das divergências políticas, os anos de convívio entre trabalhadores têxteis possibilitaram a criação de conexões, laços afetivos e mecanismos de cooperação e ajuda mútua que ultrapassaram as divisões políticas no período. Otilia se referiu às suas companheiras de fábrica socialistas e comunistas como “*personas inteligentes*”. Foi o caso da trabalhadora comunista Suzana, que, segundo ela, era uma pessoa “[...] *involucrada con la política pero de estudio*”, o que outorgava legitimidade e respeito às suas posições políticas, ainda que Suzana fosse comunista. Miguel Pizarro, trabalhador de Sumar-Nylon e dirigente socialista, fez referência às relações cordiais e respeitadas mantidas com companheiros de trabalho, ainda que apoiassem o patrão. Casos como esses apontam que apesar das relações conflituosas, as posições divergentes entre trabalhadores não implicavam, necessariamente, rompimento de relações afetivas que haviam sido construídas ao longo dos anos de trabalho.

Nesse sentido, as dinâmicas produzidas no período não podem ser resumidas à imagem de uma polarização rígida e sistemática. Para compreendermos seus matizes, é

---

<sup>48</sup> Termo pejorativo utilizado pelos militantes de esquerda para se referirem aos trabalhadores que apoiavam os patrões ou que eram partidários da Democracia Cristã (DC).

fundamental, por exemplo, entendermos as agências de forma descentralizada dos espaços tradicionais de poder político (WAYLEN, 1992, p. 300), como sindicatos e partidos. Ao abordar o dia do golpe, Otilia recordou como ajudou o marido de uma companheira, ambos socialistas, a fugir da fábrica, que estava sitiada pelos militares. Além disso, lamentou profundamente que sua companheira de trabalho comunista tivesse sido violentada, torturada e assassinada pelos militares. Havia, portanto, uma solidariedade que extrapolava as diferenças políticas, sendo o gênero um componente importante para desvelar o caráter multifacetado das dinâmicas produzidas. Tais práticas sociais, ainda que não se tivessem constituído a partir de uma atuação nos espaços tradicionalmente entendidos como *políticos*, mostram como as trabalhadoras têxteis atuaram politicamente em seus espaços de vivências cotidianas.

Além disso, o conhecimento dos anos de trabalho têxtil também foi utilizado para legitimar ações direcionadas ao pleno funcionamento dos postos de trabalho. Dessa forma, as trabalhadoras também se posicionaram frente ao que julgaram ser injusto. Eliana Peña, operária de Yarur, comentou os episódios constantes em que o novo chefe lhe pedia ajuda:

Él iba para las máquinas y me empezaba preguntar como es esto, como es esto otro [...] Él sabe no sabe cómo hace la cosa, no la práctica y quería saber cómo funcionaba las máquinas y decía “usted entró joven y sabe todo de las maquinas” y yo se le explicaba de malas ganas y le decía “no de vuelta ahí” y él se quebraba la cabeza leyendo el libro [manual de instruções].

O não atendimento dos pedidos de assistência do chefe, que supostamente deveria dominar o funcionamento do processo produtivo, poderia acarretar problemas futuros, como a perda do emprego. Porém, ela não deixou de manifestar sua insatisfação com a situação. Após anos de trabalho, as operárias têxteis desenvolveram um conhecimento especializado que lhes dava legitimidade e certa autonomia no trabalho que, apesar de vantajosas para a manutenção das atividades diárias, eram insuficientes para possibilitar sua promoção. Juana Mora, operária têxtil de Sumar, também observou que diversas vezes realizou reparos nas máquinas, pois não tinha tempo para esperar a chegada do mecânico. Além disso, foram hábeis em construir redes de proteção contra a violência doméstica. A operária Maria relatou os casos de violência doméstica que sofreu no período, destacando a solidariedade de colegas da fábrica, principalmente companheiras de trabalho, que a ajudavam a escapar do marido violento “[...]”

*en los varios episodios en que él fue borracho en la puerta de la fábrica*".<sup>49</sup> O trabalho na fábrica proporcionava momentos de “pequenas alegrias”, representando um ambiente seguro longe das agressões que sofria do marido.

O processo de construção da base de apoio ao governo de Allende era dinâmico e incluía enormes desafios. Eliane Peña, operária têxtil da fábrica Yarur, reforçou em diversos momentos o respeito e a lealdade ao patrão, ao mesmo tempo em que se identificou como apoiadora de Allende e da UP e participou das ações que ocorreram na fábrica ocupada. Em entrevista realizada no *domingo voluntário*<sup>50</sup>, a operária foi questionada se acreditava que os trabalhadores seriam capazes de conduzir a empresa, e respondeu: “Claro, porque estamos unidos y usted sabe que la unidad lo hace todo”.<sup>51</sup> Quando realizamos a entrevista em 2019, uma das declarações de Eliane foi de que, na época, ela não entendia de política nem tinha tempo “[...] para andar metida con estas cosas” devido ao acúmulo de funções. No entanto, ao ser questionada sobre sua participação nas atividades promovidas pelo sindicato, a operária têxtil ressaltou que foi um momento marcado pela solidariedade entre trabalhadores, “*muy lindo y que participaban casi todos de la fabrica*”, e lamentou profundamente o golpe.

As posições críticas de trabalhadoras e trabalhadores frente ao processo de ocupação das fábricas não significaram *a priori* oposição ao governo Allende. Máximo Velásquez, chefe de *Maestranza*, assim como outros trabalhadores e trabalhadoras entrevistadas e críticos à ocupação da fábrica, destacou que apesar de não compartilhar da crença nos partidos políticos, concordava que Allende tinha “[...] *ideas buenas, pero no lo dejaron gobernar*”. O que pode corroborar as análises que identificam a maioria desses trabalhadores sobretudo como allendistas. Cabe ressaltar que muitas trabalhadoras e trabalhadores tinham pouco conhecimento ou nunca haviam tido contato com as categorias marxianas que inundaram as linguagens no cotidiano das fábricas após a eleição de Allende. Nesse sentido, Miguel Pizarro, operário e dirigente sindical socialista, destacou que não bastava aumentar os salários, sendo a tarefa educativa de conscientização a respeito do processo em construção no país tão relevante quanto a batalha da produção.

---

<sup>49</sup> A operária têxtil pediu para que sua identidade fosse preservada, por isso utilizamos um nome fictício.

<sup>50</sup> No dia 1 de agosto de 1971, a *Fenatex* promoveu o “Dia do trabalho voluntário”, em que trabalhadoras e trabalhadores das fábricas têxteis doariam o montante recebido no dia a causas diversas, em apoio a UP.

<sup>51</sup> *Fenatex*, n. 3, p. 8, agosto de 1971.

Cabe lembrar que parte dos trabalhadores têxteis havia migrado de outras regiões do país para a cidade de Santiago em busca de melhores condições de vida, em um contexto em que mais de 43% da população na América Latina estavam em situação grave de pobreza, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OYARZÚN, 2020, p. 40). Além disso, é fundamental ressaltar a dimensão racializada e generificada da força de trabalho nas fábricas têxteis (WINN, 2004, p. 60). Portanto, o medo de trabalhadoras e trabalhadores de perderem seus empregos diante do agravamento da crise no país se somava ao receio com relação ao processo que se gestava. Nesse sentido, é fundamental considerar o caráter multifacetado das relações de trabalho, bem como as formas e níveis de envolvimento político.

Os limites impostos à atuação das mulheres, como o acúmulo do trabalho doméstico, a persistência de uma moralidade tradicional e o machismo nas organizações sindicais, continuaram sendo fortes obstáculos à transformação das estruturas opressivas. Por outro lado, não impediram as trabalhadoras de se posicionarem de acordo com suas possibilidades e em seus espaços de trabalho frente aos desafios de construção da via chilena. Assim, as novas dinâmicas em construção resignificavam de diferentes formas o cotidiano fabril. Contudo, as relações de gênero foram componentes das contradições dialéticas construídas no contexto de acirramento da luta social e de fortalecimento dos ideais de masculinidade, sendo fundamentais para pensarmos os processos de transformação das hierarquias sociais.

## **Considerações finais**

No governo de Allende, em geral, predominou um reducionismo econômico, apesar da importância e do caráter inovador de parte das políticas do governo para os povos originários e as relações de gênero. As especificidades das relações de exploração, alienação e dominação foram tratadas, sobretudo, como “contradições secundárias” (BANNERJI, 2020, p. 9). Nesse sentido, as opressões de gênero e racial foram subordinadas às políticas de classe, apontando parte das contradições e dos limites das concepções políticas da esquerda no período. Conforme apontou Tricot (2020), ainda que tais posições não tenham sido intencionais, “[...] *no pudieron translimitar su próprio tiempo*”. É fundamental destacar a importância de sermos cuidadosos ao pensar o passado com o olhar do presente a fim de evitar possíveis anacronismos. Neste sentido, as formulações mais recentes e críticas às relações de opressão

são fruto de um acúmulo histórico de debates e experiências que no processo chileno ainda não estavam amadurecidas, o que remete ao processo ininterrupto de construção das ações e do conhecimento.

O governo defendeu a igualdade nas relações de gênero, ao mesmo tempo em que reforçou padrões normativos de gênero, instrumento de reprodução da ideologia dominante. A família proletária como base do novo modelo de organização social foi pouco problematizada, assim como a divisão do trabalho no seu interior. As propostas sobre as estruturas familiares e suas funções na transição ao socialismo tampouco estavam bem delineadas. No mesmo sentido, as políticas de trabalho remunerado das mulheres foram ambíguas. A posição subalterna das mulheres no capitalismo foi condenada ao mesmo tempo em que a divisão generificada do trabalho era reproduzida pelo governo e as mulheres continuavam a ser representadas principalmente como mães, esposas e companheiras. A lógica emancipatória e integradora em termos de gênero coexistiu com a inabilidade do governo na criação de novos postos de trabalho para as mulheres para além daqueles tradicionalmente delegados a elas. Kemy Oyarzún (2020, p. 54) destacou que 467 mil novos postos de trabalho foram destinados às mulheres durante a UP, principalmente em áreas como educação e saúde. No entanto, o aumento substantivo da força de trabalho na área socializada têxtil foi principalmente masculino, indicando que não houve, ao menos no setor, uma integração massiva das mulheres na esfera da produção, como preconizava o governo.

As políticas que versaram sobre a igualdade formal entre homens e mulheres, a promoção do trabalho remunerado das mulheres e a socialização do trabalho doméstico foram fundamentais para enfrentar aspectos da base material da opressão de gênero. Dessa forma, possibilitariam a independência econômica e maior poder de decisão das mulheres sobre suas próprias vidas. No entanto, eram insuficientes, pois, além de, em determinados casos, reproduzirem a divisão generificada do trabalho e de não terem sido desenvolvidas amplamente, por motivos diversos, como a curta duração do governo e o desinteresse da esquerda em tratar tais questões, não foram acompanhadas de um esforço sistemático de mudança no nível simbólico das relações patriarcais. Da mesma forma, as políticas voltadas à socialização da reprodução social colocavam em evidência a sua importância na sociedade,

mas as mulheres continuariam responsáveis pelo trabalho reprodutivo. Nesse sentido, a revolução em si não transformaria a sociedade.

Contudo, a construção de uma nova sociabilidade exigia esforço contínuo de diálogo, educação e formação política das bases sociais e do governo, de modo que as mudanças fossem amplamente discutidas com as classes subalternas. Isso possivelmente ajudaria a diminuir a desconfiança e os descontentamentos, por exemplo, na base de trabalhadores que criticavam a verticalização dos processos decisórios.<sup>52</sup> Pode-se argumentar o mesmo quanto às transformações das estruturas opressivas. O governo apostou que a transformação das relações de exploração abriria caminho para a conformação de uma nova sociabilidade. Embora parte da esquerda no período estivesse consciente da indissociabilidade entre base econômica e formas culturais e ideológicas,<sup>53</sup> apostou-se em soluções automáticas de determinados problemas do país (DEUTSCH, 1991, p. 293), indicando o seu desinteresse, por exemplo, em tratar as opressões e as práticas sexistas. Nesse sentido, a manutenção dos poderes normativos atualizava fenômenos enraizados na sociedade, ao mesmo tempo em que as novas dinâmicas sociais se constituíam como germens de uma nova sociabilidade, apontando a relação de complementariedade dialética entre base econômica e superestrutura política e cultural (GRESPLAN, 2021, p. 56).

E, por fim, o golpe rompeu radicalmente com as tensões dialéticas conformadas durante a UP. A contrarrevolução capitalista impactou brutalmente as classes subalternas por meio da repressão e da implantação das políticas neoliberais. As indústrias que outrora haviam sido denominadas “territórios livre de exploração” foram sitiadas pelos militares que selecionaram cuidadosamente aqueles que seriam mantidos na fábrica, porém muitos não puderam voltar aos seus postos de trabalho. Os meses seguintes ao golpe foram acompanhados por um silêncio baseado no medo e na forte disciplina no trabalho. Por outro lado, a resistência à ditadura se deu de múltiplas formas, contexto no qual a reorganização do movimento feminista e de mulheres no Chile teve um papel central. Nesse sentido, as contradições agudas entre as formas de enfrentamento das opressões e a reprodução dos poderes normativos configuram-se como um terreno fértil para pensar os desafios e os dilemas que integram os processos de transformação radical da sociabilidade capitalista.

---

<sup>52</sup> *Quimantú*, n. 9, agosto de 1973.

<sup>53</sup> *Chile Hoy*, n. 3, p. 10-11, jun-jul. de 1972; *El compañero*, n. 3, p. 7, febrero de 1972.



## Referências Bibliográficas

ALLENDE, Salvador. *Allende a 50 años de su elección: discursos fundamentales*. Santiago: Biblioteca del Congreso Nacional de Chile, 2020.

ALLENDE, Salvador. *Bases de la Reforma de la Constitución Política del Estado*. Santiago: Centro de Estudios Políticos Simón Bolívar, Fundación Salvador Allende, 1993.

ALLENDE, Salvador. *Textos de Salvador Allende*. Santiago: Biblioteca Clodomiro Almeyda, 2016.

ARRUZZA, Cinzia. *Ligações perigosas: casamentos e divórcios entre marxismo e feminismo*. São Paulo: Usina Editorial, 2019.

ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre o patriarcado e/ou capitalismo. *Revista Outubro*, n. 23, p. 33-58, 2015.

BANNERJI, Himani. Building from Marx: reflections on “race”, gender and class. In: BANNERJI, Himani. *The Ideological Condition: Selected Essays on History, Race and Gender*. Leiden; Boston: Brill, 2020. p. 5-22.

BARR-MELEJ, Patrick. Siloísmo and the self in Allende’s Chile: Youth, “Total Revolution,” and the Roots of the Humanist Movement. *Hispanic American History Review*, v. 86, n. 4, p. 747-784, nov. 2006. doi: 10.1215/00182168-2006-049

CASALS, Marcelo. Democracia y dictadura en el Chile republicano: prácticas, debates y conflicto político. In: JAKSIC, Ivan; OSSA, Juan Luis (Org.). *Historia política de Chile, 1810-2010*. Santiago: FCE, UAI, 2017. t. I, p. 331-360.

DEUTSCH, Sandra McGee. Gender and sociopolitical change in twentieth-century Latin America. *The Hispanic American Historical Review*, v. 71, n. 2, p. 259-306, maio 1991.

DUCCI, Angélica; GILI, Margarita; ILLANES, Marta. *El trabajo: ¿un nuevo destino para la mujer chilena?* Santiago: Instituto Laboral y del Desarrollo Social, 1972.

FANSWORTH-ALVEA, Ann. Virgindad ortodoxa/recuerdos heterodoxos: hacia una historia oral de disciplina industrial y de la sexualidad en Medellín, Colombia. *Revista Entrepasados*, v. 5, n. 9, p. 63-84, 1995.

FERGUSON, Susan; McNALLY, David. Capital, força de trabalho e relações de gênero. *Revista Outubro*, n. 29, p.23-59, nov. 2017.

FONSECA, Rhaysa. Contribuições contemporâneas da Teoria da Reprodução Social: totalidade social e o debate sobre as opressões. *Revista Marx e o Marxismo*, v. 7, n. 13, 22 dez. 2019. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/340>. Acesso em: 11 dez. 2021.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

GALVEZ, Thelma; BRAVO, Rosa. Siete décadas de registro del trabajo femenino, 1854-1920. *Revista Estadística y Economía*, n. 5, p. 1-52, dez. 1992.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

HINER, Hillary. Fue bonita la solidaridad entre mujeres: género, resistencia, y prisión política em Chile durante la dictadura. *Estudios Feministas*, v. 23, n. 3, p. 867-892, set.-dez. 2015.

HUTCHISON, Elizabeth Quay. *Labors appropriate to their sex: gender, labor and politics in urban Chile, 1900-1930*. Durham: Duke University Press, 2001.

GARCÉS, Joan. *Allende e as armas da política*. São Paulo: Scritta Editorial, 1993.

GARCÉS, Mario. Los años de la Unidad Popular: cuando los pobladores recreaban las ciudades chilenas. In: VALLEJOS, Julio Pinto (Org.). *Fiesta y drama: nuevas historias de la Unidad Popular*. Santiago: Lom Ediciones, 2014. p. 51-73.

GARRETÓN, Manuel A. *La vía chilena al socialismo: esperanza, fracasso y derrota de un proyecto político*. Santiago: FLACSO, out. 1993.

GAUDICHAUD, Franck. Poder Popular y cordones industriales: testimonios sobre el movimiento popular urbano, 1970-1973. Santiago: Lom Ediciones, 2004.

GAUDICHAUD, Franck. A 50 años de la elección de Salvador Allende: historiografía crítica y pistas de investigación para (re)pensar la Unidad Popular. In: COSTA, Adriane V.; BORGES, Elisa C. (Org.). *Os 50 anos da Unidade Popular no Chile: um balanço historiográfico*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2020. p.15-40.

GODOY CATALÁN, Lorena; DÍAZ BERR, Ximena; MAURO CARDARELLI, Amalia. Imágenes sobre el trabajo femenino en Chile, 1880-2000. *Universum*, v. 24, n. 2, p. 74-93, 2009.

GRESPLAN, Jorge. *Marx: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2021.

ILLANES, Maria A. *La batalla de la memoria*. Santiago: Planeta/Ariel, 2002.

INOSTROZA RETAMAL, Gina. The presence of left-wing militant women within projects of poder popular during the Popular Unity years in Concepción and Santiago de Chile, 1970-3. *Radical Americas*, n. 6, v. 1, 1 jun. 2021. doi: 10.14324/111.444.ra.2021.v6.1.016

KIRKWOOD, Julieta. *Ser política en Chile: las feministas y los partidos*. Santiago: LOM Ediciones, 2010.

MARINI, Ruy Mauro. *O reformismo e a contrarrevolução: estudos sobre o Chile*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MONTECINO AGUIRRE, Sonia. Identidades de género fisuras y amalgamas en el imaginário cultural (del 60 al 90). In: CAVE, Rose (Org.). *Brasil y Chile: una mirada hacia América Latina y sus perspectivas*. Santiago: RIL Editores, 2006. p. 119-128.

MOULIÁN, Tomás. *La forja de ilusiones: el sistema de partidos (1932-1973)*. Santiago: Universidade ARCIS/FLACSO, 1993.

OYARZÚN, Kemy V. Unidad Popular: genealogías feministas interseccionales. In: AUSTIN HENRY, Robert; VASCONCELOS, Joana Salém; RAMÍREZ, Viviana Canibilo (Org.). *La vía chilena al socialismo: 50 años después*. Buenos Aires: CLACSO, 2020. t. I, p. 31-61.

PALESTRO CONTRERAS, Sandra. Mujeres en la Unidad Popular: caminos de liberación. In: AUSTIN HENRY, Robert; VASCONCELOS, Joana Salém; RAMÍREZ, Viviana Canibilo (Org.). *La vía chilena al socialismo: 50 años después*. Buenos Aires: CLACSO, 2020. t. I, p. 127-142.

PHILIPPS, Anne; TAYLOR, Barbara. Notes towards a Feminist Economics. *Feminist review*, v. 6, n. 1, 1980, p. 79-88.

PINTO VALLEJOS, Julio. *Cuando hicimos História: la experiencia de la Unidad Popular*. Santiago: LOM Ediciones, 2005.

POWER, Margareth. La mujer de derecha: el Poder Feminino y la lucha contra Salvador Allende, 1964-1973. Santiago: Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 2008.

POWER, Margaret. La Unidad Popular y la masculinidad. *La Ventana*, n. 6, 1997.

ROSEMBLATT, Karin Alejandra. *Gendered Compromises: Political Culture and the State in Chile, 1920-1950*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2000.

ROSEMBLATT, Karin Alejandra. What we can reclaim of the old values of the past: sexual morality and politics in twentieth-century Chile. *Comparative Studies in Society and History*, n. 43, v. 1, p.149-180, jan. 2001.

SAFFIOTI, Heleieth. *Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres*. S.l.: FLASCO-Brasil, 2009.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SHAYNE, Julie D. *The revolution question: feminism in El Salvador, Chile and Cuba*. New Jersey: Rutgers University Press, 2004

STABILI; Maria R. La res-pública de las mujeres. In: JAKSIC, Ivan; OSSA, Juan Luis (Org.). *Historia política de Chile, 1810-2010*. Santiago: FCE, UAI, 2017. t. I, p. 243-270.

TINSMAN, Heidi. *La tierra para el que trabaja: género, sexualidad y movimientos campesinos en la reforma agraria chilena*. Santiago: LOM Ediciones, 2009.

TRICOT, Tito. El gobierno de la Unidad Popular y el pueblo mapuche: El intento por transformar una relación histórica de dominación por el Estado chileno. *Revista de Ciencias Sociales*, v. IV, n. 170, 2020. Disponível en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=15367609005>. Acesso em: 14 dez. 2021.

WAYLEN, Georgina. Rethinking women'n political participation and protest: Chile 1970-1990. *Political Studies*, v. 40, n. 2, p. 299-314, 1 jun. 1992.

WINN, Peter. Memoria de la Unidad Popular de un historiador gringo: la Revolución Chilena desde abajo. In: AUSTIN HENRY, Robert; VASCONCELOS, Joana Salém; RAMÍREZ, Viviana Canibilo (Org.). *La vía chilena al socialismo: 50 años después*. Buenos Aires: CLACSO, 2020. t. II, p. 573-587.

WINN, Peter. *Tejedores de la Revolución: los trabajadores de Yarur y la via chilena al socialismo*. Santiago: LOM, 2004.

ZÁRATE, María Soledad; GODOY, Lorena. *Análisis crítico de los estudios históricos del trabajo femenino en Chile*. Santiago: Centro de Estudios de la Mujer, 2005.

ZÁRATE CAMPOS, María S.; MOYA GONZALEZ, Maricela. Planificación familiar en la guerra fría chilena: politica sanitária y cooperación internacional 1960-1970. *Historia Crítica*, v. 55, p. 207-230, jan.-mar. 2015.